

A GAZETA DO POVO: UM JORNAL SOB GERAÇÕES DOS CUNHA PEREIRA¹

Alexsandro Teixeira Ribeiro²

Resumo: Família importa e explica. Esta é a principal premissa de uma linha de pesquisa que busca desvelar o papel das relações familiares e de nepotismo na reprodução do poder na sociedade. A análise das relações familiares é fundamental para entender as estruturas de poder e influência na sociedade brasileira atual. O sobrenome e o poder simbólico que ele carrega são elementos-chave em todas as instâncias sociais, incluindo o poder público e o setor privado. A centralidade do parentesco como elemento de poder social é reflexo da forma como a sociedade brasileira se consolidou ao longo do tempo. O presente trabalho busca contribuir com tal linha de pesquisa, na medida em que reúne dados e trajetórias genealógicas da família Cunha Pereira e sua relação com o jornal *Gazeta do Povo*, um dos principais veículos da imprensa paranaense.

Palavras-chave: Poder familiar; Família Cunha Pereira; *Gazeta do Povo*; Classe Dominante Tradicional

A GAZETA DO POVO: A NEWSPAPER UNDER GENERATIONS OF THE CUNHA PEREIRA

Abstract: Family Matters and Explains. This is the main premise of a research line that aims to uncover the role of family relationships and nepotism in the reproduction of power in society. The analysis of family relationships is crucial to understand the structures of power and influence in contemporary Brazilian society. The surname and the symbolic power it carries are key elements in all social instances, including public power and the private sector. The centrality of kinship as a social power element is a reflection of how Brazilian society has consolidated over time. This work aims to contribute to this research line by gathering data and genealogical trajectories of the Cunha Pereira family and their relationship with the *Gazeta do Povo* newspaper, one of the main vehicles of Paranaense press.

Keywords: Family Power; Cunha Pereira Family; *Gazeta do Povo*; Traditional Dominant Class

Introdução

As relações familiares são elementos-chave para entender as estruturas de poder e influência na sociedade brasileira na atualidade. O sobrenome e a carga de poder simbólico que ele carrega permeia todas as instâncias sociais, não apenas abarcando o poder público, mas também consolidando como um potencial de aglutinação de poder no setor privado. A centralidade do parentesco como elemento de poder social é reflexo da forma como a sociedade brasileira foi se consolidando ao longo do tempo. No campo político, a família é uma das

¹ Trabalho resultante da tese de doutorado no eixo temático Instituições e Poder na linha de pesquisa Cidadania e Estado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR

² Doutor em Sociologia pela UFPR, mestre em jornalismo pela UEPG. É pós-doutorando junto ao PPGINF da UFPR, e professor nos cursos de Bacharelado em Jornalismo e Publicidade e Propaganda do Centro Uninter.
alexsandrotibeiro@gmail.com

principais estruturas de perpetuação e reprodução do poder, com reflexo também em outros campos, como o comunicacional, área foco da análise do presente trabalho. Família domina e importa quando o assunto é oligopólio da comunicação social no país, sobretudo em estruturas institucionais resultantes da relação direta com o poder público, como em casos de concessões de rádio e TV. A análise de parentesco e organização política, conforme destaca Oliveira (2001), é um estudo sobre uma ampla rede social e política de interesse, cujas conexões e capitais políticos e sociais são arregimentados, muitas vezes, por gerações. Ao transpormos tais percepções sobre os fluxos de poder para o cenário midiático brasileiro, vemos a possibilidade de uma leitura que dá conta de formatar um mapa de formação e reformatação dessas redes ao longo do fornecimento das concessões de rádio e TV ao longo de seis décadas. Ex-governadores, deputados federais e estaduais, senadores, vereadores, prefeitos e demais integrantes do poder público executivo e legislativo estão entre detentores de concessões de radiodifusão, de televisão, ou ainda consolidando o poder a partir de mídias impressas em oligopólio midiático.

Um mapeamento cruzado dos meios de comunicação pela ótica do familismo permite lançar luz sobre as relações de parentesco e de parentelas que podemos observar entre donos de mídia e atores do cenário político, e em como isso permite a perpetuação das concessões – mesmo considerando que não são vitalícias, mas resultantes de atualizações e renovações – bem como de manutenção do poder político a partir de uma elite organizadas e reproduzidas a partir desta ação mútua. Com isso em mente, a proposta do presente trabalho, excerto do trabalho de tese doutoral acerca do discurso familiar e da reprodução do poder na imprensa paranaense, realizado sob orientação do professor Dr. Ricardo Costa de Oliveira, apresenta um levantamento sobre trajetória familiar de integrantes da família Cunha Pereira, detentora das rédeas do jornal *Gazeta do Povo*, principal veículo digital de comunicação do estado do Paraná. Com o mapeamento, esperamos evidenciar as relações rizomáticas de parentesco e de poder envolto no contexto do jornal, bem como subsidiar futuros estudos que venham a se debruçar sobre o veículo em evidência no estudo, bem como no clã familiar.

A *Gazeta do Povo*: um breve resgate

O foco do presente trabalho é resgatar elementos que deem dimensão das relações de parentesco a partir do jornal *Gazeta do Povo*, que foi o primeiro empreendimento de jornalismo da família Cunha Pereira no Paraná. O centenário jornal surgiu com uma edição de seis páginas,

com quase metade delas veiculando conteúdo publicitário, em um estado com cerca de 80 mil habitantes (GAZETA DO POVO, 2009). Em 3 de fevereiro de 1919 iniciava a circular na capital paranaense a primeira edição do jornal *Gazeta do Povo*, periódico com sede na Rua Dr. Muricy, entre a Rua XV e a Praça Zacarias, à época recém-fundado pelos advogados Benjamin Lins³ e De Plácido e Silva⁴. As primeiras quatro décadas de existência do jornal são marcadas basicamente pela mudança de sede por duas vezes até se estabelecer na Praça Carlos Gomes, em que ficaria até 2017, quando deixaria o centro da capital paranaense para seguir para o bairro

³ Natural de João Pessoa, no Estado da Paraíba, em 29 de janeiro de 1876, Benjamin Baptista Lins d'Albuquerque era filho Anna Carolina Lins D'Albuquerque e do Capitão João Links D'Albuquerque, militar que chegou a ocupar a chefia da Tesouraria da Fazenda da Paraíba (O CEARENSE, 1856). Seu pai faleceu quando ainda era jovem, e com isso, teve se trabalhar para se sustentar desde cedo e para manter os estudos (CROCETTI, 2011, p.86). Para se manter, dava aulas de português e matemática no colégio Porto Carrero, em Recife, enquanto estudava ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife, vindo a se formar em 1904. Veio para o Paraná em 1907, em companhia de um colega de curso, Lindolpho Pessoa da Cruz Marques, que viria a ser promotor público da capital paranaense, juiz de direito de Guarapuava, deputado estadual em diversas legislaturas (NICOLAS, 1984). Chegando ao Paraná, abriu um escritório de advocacia na Rua Dr. Muricy. Dividiria o escritório com Lindolpho, e depois com Oscar Joseph De Plácido e Silva. Neste mesmo local, seria também uma das sedes do jornal a ser lançado em 1919, a *Gazeta do Povo*. Segundo Granato (2018), Benjamin Baptista Lins d'Albuquerque foi “Grão Mestre do Grande Oriente e do Supremo Conselho do Paraná, entre os anos de 1914 a 1918”. Em 1919 funda *Gazeta do Povo* com De Plácido (para evitar duplicidade de dados, não nos aprofundaremos sobre este ponto aqui), e poucos anos depois, com David Carneiro, funda o jornal *O Dia*. Ambos os veículos se tornariam críticos ao situacionismo. Torna-se um dos fundadores da Universidade Federal do Paraná (UFPR), local em que será professor entre 1913 e 1943, quando se aposenta do quadro docente. Na UFPR, assume cadeiras na escola de direito sobre “Enciclopédia Jurídica”, “Filosofia do Direito” e “Introdução à Ciência do Direito” (COSTA, 2003). Com atuação política, é um dos fundadores do Partido Democrático Paranaense, e assume a diretoria do partido em 1927. É nomeado Diretor de Instrução, cargo equivalente ao de Secretário de Estado, assim que o Senador Mário Tourinho assume a interventoria do Estado, logo após a revolução de 1930, e entre 1930 e 1934 chegaria a ocupar o cargo de Procurador Regional da República (NICOLAS, 1984, p.20-22).

⁴ Natural de Alagoas, Oscar Joseph de Plácido e Silva nasceu em 18 de junho de 1892 em Marechal Deodoro, então conhecida como Vila Madalena do Sumaúma. É filho de Francisco Manoel da Silva e Senhorinha de Plácido e Silva. A mãe morre ao durante o parto de um dos seus irmãos. Quem o ajuda a criar é a irmã Anna Plácido e Silva. Em 1912, com 20 anos, vem para Curitiba a convite do irmão, João Alfredo Silva, que já morava na capital paranaense. (João Alfredo Silva é também natural de Marechal Deodoro, nascido em 6 de maio de 1888. Casou-se com Isaura Cordeiro de Cabral e teve quatro filhos. Foi secretário da Rádio Clube Paranaense, fundada com o irmão na década de 1920. Graduou-se em medicina pela UFPR em 1928, ajudando futuramente a construir o Hospital e Maternidade Victor Ferreira do Amaral. Foi presidente do Clube Atlético Paranaense entre 1947 e 1948 quando tinha 60 anos (FURACÃO, 2023). Seu neto, Antônio Carlos Biscaia, foi procurador do Estado do Rio de Janeiro durante prisão do bicheiro Castor de Andrade, e foi deputado federal durante três mandatos, de 1999 a 2000, de 2003 a 2007 e de 2008 a 2010 (GONÇALVES, 2012).) De Plácido e Silva, como ficou conhecido ao longo da vida, casou-se com Salmon Carlberg em 1916, e teve cinco filhos: Osil de Plácido e Silva (2018-2018), Jusil de Plácido e Silva (1918-2011), Juril de Plácido e Silva (2021-2012), Jusita Lourdes de Plácido e Silva (1922-2014) e Jucy de Plácido e Silva (1924). (Uma de suas filhas, Juril de Plácido e Silva, acompanhando o pai desde criança nas redações, viria a ser uma das primeiras mulheres jornalistas na *Gazeta do povo*. Foi casada com o juiz auditor da Justiça Militar, Arnaldo Westermam Carnasciali, e era tia do ex-presidente da Alep e atual deputado com diversos mandatos, Nelson Justus (G1, 2012)). Em Curitiba, De Plácido e Silva foi o primeiro aluno do curso de Direito e o primeiro funcionário da Universidade Federal do Paraná. (GOVERNO DE ALAGOAS, 2017). Foi fundador da Escola Técnica de Comércio, que desembocaria futuramente na criação da Faculdade de Ciências Econômicas De Plácido e Silva, e depois a Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná (Fesp).

Tarumã. Destaca o jornal, em seu primeiro editorial, que se consolidaria como um veículo imparcial, e que atenderia ao interesse público. Destaca ainda:

Este jornal, como já o declarou seu director em boletim profusamente distribuído, é um jornal imparcial. [...] Não temos, pois, que attender a melindres pessoas; não temos que attender a interesses particulares; o facto, uma vez que interesse à collectividade é um dado positivo de sua vida; deve ser conhecido, divulgado, analisado, commentado, para que delle se possa retirar as utilidades que for capaz de produzir. Certo, muitas vezes, actos prejudiciaes são commettidos com as melhores intenções. Mas a boa intenção não é motivo sufficiente para se calar deante de um mal (GAZETA DO POVO, 2009)

Apesar da defesa do seu primeiro editorial, de que o jornal se balizaria por uma isenção, independência e imparcialidade, a primeira edição do jornal enfatiza a defesa da candidatura de Ruy Barbosa para a presidência. Aponta o jornal, escancarando o apoio à Ruy Barbosa, que "ninguém o iguala em merecimentos; ninguém é tão querido pelo povo, ninguém é tão venerado pelas multidões". Como reforça Oliveira Filha (2004, p.88), a epígrafe de Diário Independente "colocada logo abaixo do título do jornal parece desmentida já na edição de lançamento.

Ademais, é fundamental aqui destacar que no início do século XX, não era raro perceber a instrumentalização de alguns jornais a partir das elites políticas, e de grupos partidários. A cultura moderna do jornalismo isento, que se pauta no contraditório e que busca, no mínimo, os dois pontos de vista, não era praxe na época, que se balizava, em grande medida, pelos jornais editorializados, em que a opinião dos seus donos se entrelaçava com as coberturas dos temas, em um amálgama que enquadrava a realidade a partir de um olhar enviesado. O jornal Gazeta do Povo não seria exceção ao longo das suas primeiras décadas (e futuramente, ao menos nos editoriais de Francisco Cunha Pereira Filho e posteriormente de Guilherme Döring Cunha Pereira). Assim, como aponta Fernandes (2010, p.54) "as matérias eram editorializadas, traziam – diferentemente do que se faz no presente – uma visão de mundo bem evidenciada. Isso pode ser constatado ao mirar qualquer notícia daqueles anos". Como destacado aqui em nota de rodapé, um dos seus fundadores, Benjamin Baptista Lins d'Albuquerque, também tinha uma forte atuação político-partidária, vindo futuramente a ser um dos fundadores do Partido Democrático Paranaense, assumindo cargo diretivo no partido, e depois cargo público no governo do interventor do Paraná em 1930, General Mário Tourinho.

Oras, se não surge necessariamente apolítica como anunciava no seu primeiro editorial, tampouco seria independente, como destaca Oliveira Filha (2004, p.89), ao apontar que em edição futura do jornal, publicada em 1949, Plácido e Silva destacaria uma homenagem aos

apoiadores financeiros que ajudaram a lançar o jornal. Na lista de compradores das cotas, estariam nomes de ricas famílias locais. "No primeiro número, os interesses desses setores também aparecem contemplado com um vasto editorial que critica os altos impostos cobrados da indústria e comércio" (OLIVEIRA FILHA, 2004, p.89).

O jornal *Gazeta do Povo* não era o único em circulação no estado à época. Segundo Oliveira Filha (2004, p.88), também eram publicados na capital paranaense os jornais *A Tribuna* e *Diário da Tarde*, além de uma série de publicações da imprensa operária, muito volumosa e ativa no início do século XIX. Ainda antes da influência dos partidos comunistas, cuja força foi se acentuando sobretudo após a Revolução Russa, em 1917, a imprensa operária operava ativamente sob ótica anarquista, resultante da vinda de imigrantes europeus, sobretudo de origem italiana (FERREIRA, 1988). O cenário local em que surge o jornal *Gazeta do Povo*, era de uma época de movimentação operária, inclusive à sombra da greve geral de 1917 (ALVES, 2017) do país, com fortes influências locais, que resultaria em outras paralisações, algumas realizadas meses antes do surgimento do jornal. Benjamin Lins e De Plácido e Silva estariam juntos na liderança do jornal até 1927, quando Lins deixaria o jornal. Segundo Fernandes (2010), um dos motivos foi a morte prematura da sua segunda filha, que viria a falecer com 13 anos de idade e após isso se dedicaria à carreira jurídica. Contudo, conforme vimos em outras pesquisas, é bem neste intervalo que se insere de forma mais acentuada na política partidária junto ao Partido Democrático Paranaense.

Vinculado ao núcleo tradicional político do Estado, no centro de Curitiba, o jornal nasce no escritório de Benjamin Lins e De Plácido e Silva, na Dr. Muricy, 95. Na década de 1920, passaria para a Rua XV, 53, e em 1932, mudaria novamente ainda na rua mais movimentada da capital paranaense, mas para o número 267. Em janeiro de 1951 encontraria o jornal a casa em que ficaria durante quase sete décadas, na Praça Carlos Gomes. É nesta mesma praça que o jornal atrairia a atenção dos transeuntes colando as páginas diárias do jornal em um mural para que os cidadãos que circulavam pelo centro pudessem ler as notícias em frente à sede da empresa. Em 2017, o jornal deixa a área central de Curitiba e passa para o bairro Tarumã, longe do espaço em que esteve presente por muito tempo. Curiosamente, é neste mesmo contexto da segunda década do século XXI que passa a deixar de cobrir os assuntos regionais com tão afinco e passa a se almejar nacionalmente, buscando disputar um público nacional no meio digital.

Em 1962, o presidente do país era João Goulart, o Brasil tinha 76 milhões de habitantes, dos quais 4,6 milhões no Paraná, o país tinha conquistou o segundo título da Copa,

e o Jornal Gazeta do Povo, passou para as mãos do advogado e jornalista Francisco Cunha Pereira, e do advogado Edmundo Lemanski. A venda do jornal para os novos donos, contudo, não foi despida de acontecimentos prévios ou realizado de forma gratuita. Oliveira Filha (2004, p.93) destaca que na década de 1960 o jornal vinha sofrendo crises econômicas e dificuldades para se manter, sem conseguir saldar os salários dos funcionários, e com espaço prejudicado de publicidade nas edições. Após a compra, destaca a pesquisadora com base em entrevistas de Francisco da Cunha Pereira Filho à imprensa em 1991, que foram dez anos para que os novos donos alcançassem a estabilidade financeiro. Francisco da Cunha Pereira e Edmundo Lemanski, teriam sido procurados pelos antigos donos, Plácido e Silva, ainda no começo da década de 1960, para que eles assumissem o jornal, e o mantivesse sob tutela de pessoas conhecidas no estado, uma vez que era praticamente o último jornal ativo em circulação na época.

Já Fernandes (2010), em publicação oficial da Gazeta do Povo em alusão aos cem anos do jornal, publicaria que foi o contrário, ou seja, tanto Lemanski quanto Francisco Cunha Pereira teriam procurado De Plácido para comprar o jornal. Fernandes conta que Lemanski sugeriu para Francisco Cunha Pereira, então contemporâneo do curso de Direito da UFPR, que comprassem o jornal do De Plácido. “Segundo Lemanski, nem a Gazeta estava à venda, nem Cunha Pereira panejava ser empresário do ramo de comunicação. Àquela altura, ele era um festejado advogado das áreas criminalística e Direito Comercial, cuja ligação com a imprensa se limitava a mandar artigos assinados para os jornais a cada vez que subia no Tribunal do Juri, sua primeira grande paixão” (FERNANDES, 2010, p.91).

Logo ao assumir o jornal, a dupla Cunha Pereira e Lemanski publicariam um editorial reafirmando que o jornal nascera independente e apartidário e permaneceria assim. O texto marcava o início da atuação de Francisco Cunha Pereira Filho à frente dos editoriais do jornal. O novo editorial, seguiria, na prática, como o primeiro, contraditório entre o discurso e a prática, como aponta Fernandes (2010, p.90), ao destacar que além do editorial “que Cunha Pereira manteria sob suas barbas décadas a fio -, implantou logo ao chegar um objeto estranho não só pra a Gazeta, mas para a maioria dos jornais brasileiros: a boa notícia”. A notícia boa, oras, seria para contrapor às notícias ditas ruins, que desagradariam as elites ou ainda o governo. A partir da década de 1970, Fernandes (2010) contabiliza ao menos 30 campanhas empreendidas pelo “Publisher” do jornal, que se apropriava do editorial como plataforma de manifestação dos seus ideais. Na ineficácia dos editoriais, sacrificava-se a suposta isenção da cobertura jornalística em prol das bandeiras do empresário. “Se o editorial por bem não mudava

mentalidades e conseguia trazer políticas, digamos, vaticanas, que os repórteres fossem convocados o front” (FERNANDES, 2010, p.165). No jornal *Gazeta do Povo*, estas campanhas ganham espaço nos editoriais publicados na página três do jornal desde a sua aquisição na década de 1960 até a década de 1990, quando passa a ser publicado nas últimas páginas do primeiro caderno do impresso, e depois volta a ocupar as páginas iniciais em 2008, quando assume a página 2 da edição impressa. O poder de tais campanhas que surgiam dos editoriais é tamanha que Fernandes (2010), aponta que fica

difícil ignorar que a consolidação da imagem do estado rico e da cidade-modelo passaram pelas entranhas da redação da Praça Carlos Gomes tanto quanto pelas pranchetas do IPPUC. Estudos avançados em jornalismo confirmam, numericamente, inclusive, que onde a imprensa [e] fraca na defesa da sociedade grassa a corrupção, a ignorância e a pobreza, feito piolhos e carrapatos. Jornal impresso [e] informação estratificada. E a *Gazeta do Povo*, a partir da década de 1960, colocou questões como energia, transporte, agricultura e desenvolvimento humano no topo da pirâmide, fazendo entender que todo o resto dependi da resolução desses impasses (FERNANDES, 2010, p.176)

Com o equilíbrio econômico do jornal, foram realizados investimentos e uma série de modernizações, sobretudo no parque gráfico. Em 1963 compra uma nova impressora com capacidade de confecção de quase 13 mil jornais de seis folhas por hora. Em 1969 outra impressora daria mais capacidade de volume de impressão com a possibilidade de produzir 50 mil exemplares com 32 páginas por dia. Em 1979 vem outra inclusão de equipamento com a compra de três impressoras e uma dobradeira, o que pressionou para a consequente ampliação do número de páginas por edição de 32 para 56 páginas. Em 1992 a empresa compraria mais uma impressora, dando a capacidade da editora *Gazeta do Povo* imprimir 200 mil exemplares por dia.

Em 1998, uma das últimas revoluções tecnológicas e gráficas viria já com a influência dos novos diretores, os filhos de Francisco da Cunha Pereira Filho, o Guilherme Cunha Pereira (que viria a ser o presidente e Manda-Chuva do jornal) e a irmã Ana Amélia Filizola. Conforme perfil dos irmãos publicados no portal do jornal em uma série comemorativa aos cem anos da *Gazeta do Povo*, em 1998 os filhos “convenceram o pai e trouxeram especialistas da Universidade de Navarra, da Espanha, uma das mais celebradas de todo o mundo pelos estudos de vanguarda em jornalismo, e promoveram mudanças em todo o perfil do jornal”.

Além dos investimentos no parque gráfico, o jornal também investiu no meio online, o que daria contornos para o futuro do jornal. Em 1996 começa a produzir os primeiros conteúdos online, em 1999 entra na diretoria do jornal a segunda terceira geração de publishers,

os irmãos Guilherme Doring da Cunha Pereira e Ana Amelia Cunha Pereira Filizola, filhos de Francisco Cunha Pereira (GALANI, 2019). Em 2000 começa a produzir conteúdos exclusivos para a internet, com uma redação dividida entre o impresso e a produção do portal. De acordo com Severo e Fausto Neto (2009), o jornal foi o segundo a recorrer à internet com o objetivo de transpor conteúdos para o meio digital, na sequência do Jornal do Brasil, que foi o primeiro a abrir espaço e seguir para a internet como jornal digital. Em 2006 unificaria as duas redações do online e do impresso. E, 2017 deixaria de imprimir diariamente o jornal, mantendo uma revista semanal (descontinuada em setembro de 2020) aos finais de semana e o conteúdo integralmente ancorado na internet (GAZETA DO POVO, 2019).

Com grande capilaridade no estado, o jornal chegou ao patamar de 140 mil exemplares aos domingos e 80 mil jornais impressos no meio de semana (OLIVEIRA FILHA, 2004, p.98). Como reflexo do encolhimento do mercado editoria brasileiro, estes números viriam a reduzir com o tempo. Em 2010, dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), um dos principais para contagem de jornais e mídia impressa, dava conta dos seguintes dados sobre as tiragens diárias dos principais jornais do Paraná: o jornal com maior circulação era a Gazeta do Povo (24º no ranking nacional), com cerca de 45 mil exemplares; seguido do jornal Folha de Londrina, com 36 mil exemplares; em terceiro lugar o jornal Tribuna do Paraná, com 14 mil exemplares; seguido de Diário do Norte do Paraná, com cerca de 13 mil exemplares; e como quinto lugar o Estado do Paraná, com 10 mil exemplares.

Em 2017, ano em que deixaria de imprimir a versão diária, o jornal dava conta de publicar 45 mil exemplares nas tiragens de domingo, e 25 mil exemplares em dias de semana. Do ponto de vista de força de trabalho, o jornal também foi minguando a redação e o parque gráfico ao longo do tempo, passando de 1,2 mil funcionários em 2001, para menos de 900 trabalhadores em 2004. Em 2003 a redação contava com 165 jornalistas, e um ano depois já contava com 150 profissionais. (OLIVEIRA FILHA, 2004, p.98)

Este posicionamento de suposta isenção predominaria a linha editorial do jornal ao longo de décadas, mesmo com o veículo sobre nova direção em meados do século passado. Isso, contudo, não necessariamente se consolidava na prática, ou seja, para além das defesas editoriais, como na primeira edição do periódico. O início da ditadura e as ações dos militares não foi noticiado de forma contundente ou com alarde pelo jornal, como se a tomada do poder pelos militares fosse uma retomada da normalidade após tentativa de alteração da ordem pública pelos subversivos, conforme destaca Tavares (2020), ao resgatar uma entrevista de Edmundo Lemanski sobre a postura do jornal Gazeta do Povo na ditadura, como órgão que não sentiria a

brutalidade da censura da mesma forma como dezenas de outros jornais. De acordo com Lemaski, como o jornal era imparcial, não tiveram problemas com a ditadura, e os censores apenas indicavam observações, e não atos de censura. “As declarações dos ex-dirigentes da Gazeta evidenciam a posição do jornal no que se refere à ditadura militar, o que coloca em dúvida, mais uma vez, a independência do veículo” (TAVARES, 2020, p.123). Com forte atuação local, o jornal se consolidou ao longo do tempo como veículo mais influente, sobretudo após a redemocratização do país.

A título de indicação sobre como o capital político midiático da família Cunha Ferreira foi se acentuando a partir das décadas da Ditadura Militar, faz-se mister destacar que também na década de 1960 passa a integrar o rol de bens do clã o Canal 12 TV Paranaense, hoje um dos principais ativos econômicos e políticos da família. Primeira emissora de TV no Paraná, e TV Paranaense foi fundada em 1960 pelo empresário Nagibe Chede Abrahão, uma década depois de Assis Chateaubriand ter criado a primeira emissora do país, a TV Tupi de São Paulo.

A emissora paranaense surge já vinculada à Record de São Paulo, e foi criada sob concessão do governo de Juscelino Kubitschek. No mesmo ano, dois meses depois, Assis Chateaubriand cria a TV Paraná, vinculada à Tupi de São Paulo. A partir daí, várias outras emissoras são inauguradas ao longo dos anos. Em 1965 a TV Paranaense filia-se à TV Excelsior. Em 1968 filia-se à Rede Globo. Um ano depois, ao passar por dificuldades financeiras e alegando problemas de programação da TV, como carência de programas, vende a TV Paranaense para os donos da Gazeta do Povo, Francisco Cunha Pereira Filho e Edmundo Lemanski, em sociedade com o advogado Adolfo de Oliveira Franco.

Ao longo deste período, o ex-governador e integrante da antiga Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação política à Ditadura Militar, Paulo Pimentel recebeu concessão de duas emissoras de TV. A TV Iguaçu, que viria a ser a representante do SBT no Paraná, foi criada em 1967, vinculada à Record, com concessão do Governo Castelo Branco, e a segunda emissora foi a TV Tibagi, também vinculada à Record, com concessão em 1969 no governo Costa e Silva.

O papel como braço da Arena no Paraná, e a forte atuação política confere a Pimentel um avanço vertiginoso do número de emissoras e jornais. Ao longo dos primeiros anos da Ditadura Militar, recebeu as concessões das TVs Iguaçu, Tibagi e Naipi. Também comprou a concessão da rádio Guairacá, que viria a ser renomeada para Rádio Iguaçu. No começo da década de 1960, compra os jornais Tribuna do Paraná e O Estado do Paraná, em Curitiba, e Panorama, em Londrina. Os veículos viriam a ser ferramentas de campanha de Pimentel ao

governo paranaense (ULBRICH, 2018). Este capital político pressiona no cenário nacional midiático para retirar da TV Paranaense a filiação à Rede Globo. Conforme destaca COSTA, 2012, p.126). Em 1972 Pimentel rompe com a Record e ingressa na Globo com as TV Iguaçu e TV Tibagi. Com isso, a TV Paranaense volta à TV Record.

A atuação política, contudo, é o que daria início à queda do ex-governador Pimentel. Foi em uma queda de braço com o governador biônico Jaime Canet Júnior em uma disputa interna do Arena que faria Pimentel perder a filiação à Rede Globo, que naquela época já era a líder de audiência do país. Canet Júnior tinha recebido nada menos que o apoio ao governo do então presidente Ernesto Geisel, e do ex-governador paranaense e à época ministro da Educação e Cultura, Ney Braga. Em vez de apoiar o candidato do Arena, seu próprio partido, Pimentel queria apoiar outro candidato do partido de oposição, o MDB.

A rusga entre Pimentel e Canet Júnior teve repercussão nacional, como destaca o Jornal do Brasil: “O presidente nacional da Arena, Deputado Francelino Pereira, que na sexta-feira estará em Curitiba para examinar a crise entre os ex-governadores Nei Braga e Paulo Pimentel[...] Falando em Londrina, onde recebeu homenagem dos sindicatos, o Governador paranaense Jaime Canet Júnior afirmou que ‘a Arena não tem donos, não pertence a grupos ou indivíduos’” (JORNAL DO BRASIL, 1976, p.1).

O próprio Pimentel rememora os prejuízos que teve com este embate político que resultaria na pressão do próprio presidente Geisel ao dono da Globo, Roberto Marinho, para que deixasse Pimentel às mínguas. Segundo Pimentel, o presidente o teria afirmado que o apoio dele ao candidato do MDB custaria muito caro para o ex-governador paranaense. “Dias depois, sou chamado a Brasília pelo Golbery do Couto e Silva. Ele me comunica que, no dia seguinte, eu teria um almoço com o Roberto Marinho e que ele me faria uma proposta para comprar as minhas empresas” (REINSTEIN, 2022).

Segundo Pimentel, uma semana depois deste episódio, a programação da Globo tinha sido cortada das emissoras dele no Paraná. Francisco da Cunha Pereira Filho e Edmundo Lemanski lucrariam com este prejuízo de Pimentel, ao voltarem à filiação com a Globo. Há de se destacar que o potencial da família Cunha Pereira com a TV Paranaense não viria apenas pela perda do capital político de Pimentel nesta retomada da Globo pela TV Paranaense, que renderia futuramente uma sociedade que resultaria no grande grupo de comunicação paranaense, mas também pela relação de poder familiar do próprio Francisco da Cunha Pereira Filho, sobretudo a partir da sua atuação jurídica e amizade com o ex-governador Moysés

Lupino. Não à toa, a TV Paranaense seria sediada por muitos anos no Castelo do Batel, ex-residência privada do governador (COSTA, 2012, p.234).

Retomando a observação sobre o jornal *Gazeta do Povo*, um exemplo da notabilidade do veículo foi com a realização de debates públicos na década de 1980, apresentando capacidade de articulação a partir de cadernos especiais repercutindo mesas redondas promovidas pelo jornal com diversos atores políticos do poder executivo, legislativo e do judiciário. “Sempre com a coordenação de Francisco da Cunha Pereira, nos dias seguintes reuniram-se em diferentes mesas temáticas praticamente todos os secretários de estado, além de autoridades diversas e empresários” (TAVARES, 2020). Apesar desta evidência, e do conservadorismo presente nos editoriais e das coberturas, Tavares indica que o veículo galgou prestígio estadual sobretudo pela cautela no relacionamento com o poder político institucional, sendo que esta conduta, sobretudo até a morte de Francisco da Cunha Pereira Filho, em 2009, e de Edmundo Lemanski, em 2010, era de “evitar o debate político e nunca aceitar o confronto” (TAVARES, 2020, p.98).

Conforme indicado no Anexo 1, o quadro de sociedade da empresa Editora *Gazeta do Povo*, cujo capital social é de R\$ 1 milhão, é integrado por Guilherme Döring Cunha Pereira, como presidente; Ana Amélia Filizola, como diretora; e Anderson Roberto Godzikowski⁵, como Conselho de Administração. Sob a batuta de Guilherme Cunha Pereira, que atua como diretor-presidente, o jornal, contudo, abriria mão desta suposta isenção (ao menos deixa cair o véu que escondia as afirmações de bandeiras do jornal na bandeira da isenção) e declararia um posicionamento mais conservador, sobretudo de forma mais clara a partir de 2017, com a publicação de 28 textos que atuaria como uma carta de princípio ou de convicções do jornal sobre determinados temas, atuando como um guia de postura editorial e jornalística (GAZETA DO POVO, 2019b). Este conservadorismo extremo foi gestado, segundo Martins (2018), em reportagem sobre a guinada à direita do jornal, a partir de 2015 com uma mudança na direção de jornalismo, sob a tutela do jornalista Leonardo Mendes Junior⁶. “Ele levou a guinada

⁵ Colunista da *Gazeta do Povo*, Anderson Roberto Godzikowski é Bacharel em Administração e em Governança Corporativa e Sustentabilidade pela Fae. É do Conselho de Administração da *Gazeta do Povo*, e tem passagem por diversos conselhos de administração e comitês de empresas, como Membro do Conselho e Comitê de Investimentos na AvanTI Private Equity Fund, Membro do Conselho de Administração da ARCA Mobility, Sócio-Gerente da GooDz Capital, Conselheiro Independente da Fohat, dentre outros.

⁶ Graduado em jornalismo pela PUC do Paraná em 2000, Leonardo Mendes Júnior entra na *Gazeta do Povo* em 2001, e em 2005 assume a editoria de Esportes tema que cobre no jornal desde o começo da carreira. Atuou na CBN, na Rádio 98 e Revista ESPN. Assume a Direção da Redação do Jornal em 2015, momento em que o jornal vai deixando mais claro na sua linha editorial a pendência para um conservadorismo. Fora da *Gazeta do Povo* segue para o Estadão, jornal de linha conservadora, e depois para o site O Antagonista e a Revista *Crusoé*

conservadora a novos parâmetros, quando anunciaram o encerramento do jornal impresso e a cara nova do site”, destaca o ex-repórter do jornal, Rogério Galindo (MARTINS, 2018). Conforme relatam jornalistas à Martins, a posição do jornal fica clara nos editoriais (espaço convencionado pelo jornalismo como área para manifestação dos ideais e posicionamento do jornal), mas também nas reportagens.

Se na época de Francisco da Cunha Pereira Filho a bandeira editorial era de não embate ou vínculo político, ao menos de forma clara, na gestão de Guilherme Cunha Pereira, o alinhamento aos ideais conservadores coloca o jornal no centro de embates políticos. Um passo claro desta postura de atuação política conservadora vem com o posicionamento no apoio ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2015. A postura fica evidente em ao menos dois editoriais do jornal e que o jornal escancara críticas à gestão petista, defendendo a saída da presidenta do poder.

Em um deles, intitulado "A hora do impeachment", o jornal destaca que "o lulopetismo, que está prestes a completar 13 anos no Palácio do Planalto, implodiu o Brasil[...] No campo moral, o petismo consagrou a noção de que os fins justificam os meios [...] a preservação da estabilidade traria consigo o risco de premiar governantes, ainda que cometessem crimes de responsabilidades" (GAZETA DO POVO, 2015a). Um ano depois deste editorial, em abril de 2016, o jornal justificaria o impeachment pelo crime de responsabilidade fiscal no caso das pedaladas fiscais, ignorando a seletividade da imputação do crime cometido por praticamente todos os governantes anteriores. No editorial, o jornal alega que não se trata de um golpe, mas se um impeachment justificado, e que não pararia com a saída de Dilma, mas que o "processo de impeachment julgará também que futuro terá o país. Não vai ter golpe: vai ter democracia, vai ter menos corrupção, vai ter um Brasil melhor" (GAZETA DO POVO, 2016).

Um próximo passo da guinada ao conservadorismo viria com o declarado apoio ao Governo Bolsonaro, que fez os administradores da empresa perceber um filão para atuação editorial, como um veículo nacional para reverberar os ideais do governo e da elite que integra os apoiadores do bolsonarismo. Como destaca Martins (2018) sobre a entrevista com jornalistas do veículo, houve orientação interna no pleito presidencial de 2018 que culminou na vitória de Jair Bolsonaro ao mais alto cargo do executivo brasileiro para que a redação não usasse conteúdo da agência Folhapress, ligada à Folha de S.Paulo e tachada de ser rígida com Bolsonaro, além de orientações para que “matérias com Haddad deveriam obrigatoriamente

trazer informações negativas ao petista – como, por exemplo, as visitas semanais a Lula na cadeia em Curitiba” (MARTINS, 2018).

De acordo com o diretor-presidente do jornal Gazeta do Povo, Guilherme Cunha Pereira, em entrevista ao portal The Intercept Brasil, o conservadorismo empreendido pelo jornal estaria em consonância com a sociedade brasileira, não ocorrendo de forma similar em outros veículos. A partir desta percepção, adotaram a postura de forma estratégica (MARTINS, 2018): “a gente percebeu que isso é uma riqueza também do ponto de vista estratégico, e montou toda uma estratégia em que o posicionamento [conservador] adquiriu status especial. Ele é um direcionador estratégico muito importante”. Conforme destaca Tavares (2020), esta postura conservadora começa a ser mais patente a partir da reforma empreendida no jornal em 2015, quando passa por uma alteração editorial e gráfica.

O jornal muda de tamanho reduzindo a dimensão do papel de standard para Berliner, e inicia uma mudança em termos de conteúdo, reduzindo o espaço para o gênero informativo (predominante na imprensa brasileira) dando mais espaço para o gênero opinativo a partir de artigos produzidos periodicamente por articulistas contratados pelo jornal. Em publicação sobre a reforma do jornal, publicado em 2015, o veículo destaca a ampliação do espaço para mais “análise, com um time de 17 colunistas e artigos de opinião relacionados aos temas do momento e às tendências em todas as áreas de cobertura” (GAZETA DO POVO, 2015). Em 2016, ao longo do processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Roussef, o jornal reforça o posicionamento sobre o acontecimento político, apoiando a destituição da então presidenta, destacando que o impeachment julgaria o futuro do país, reforçando que não teria “golpe: vai ter mais democracia, vai ter menos corrupção, vai ter um Brasil melhor” (GAZETA DO POVO, 2016).

Como aponta Tavares (2018), diferente de outros acontecimentos políticos ou de repercussão nacional, a Gazeta do Povo posicionou-se declaradamente a favor do impeachment, “aproveitando a onda de polarização que tomou conta do país e do surgimento do novo populismo de direita, grupo que tem como identidade o conservadorismo neoliberal, punitivo, que rejeita políticas públicas de mobilidade social e fortemente antipetista” (TAVARES, 2018, p.77). Em 2017, um outro passo na guinada à direita tomado pelo jornal Gazeta do Povo consolida-se a partir de uma série de textos, intitulados “Nossas Convicções”, em que o jornal deixa explícito o seu posicionamento sobre uma série de temas políticos, econômicos e de costumes.

São 28 textos editoriais que resume o posicionamento ideológico do jornal a partir de três eixos: “primeiro, falamos do que pensamos sobre o homem e seu destino; no segundo, sobre a sociedade, o bem comum e as organizações que surgem no seio dela; no terceiro, sobre o Estado, seu papel e suas relações com os cidadãos” (GAZETA DO POVO, 2017a). Ao longo dos textos, sobretudo daqueles que se centram no papel do Estado, fica evidente o posicionamento do jornal em prol de um individualismo; de um papel empreendedor do indivíduo, que passa a se portar pelas lógicas empresariais; da primazia do capital; e do papel secundário do estado, observável nas posturas neoliberais e ordoliberais (FOUCAULT, 2022). Como reforça o jornal no texto “A finalidade do Estado e do Governo”, o veículo percebe o papel ativo do estado, mas com sérias restrições, uma vez que, para o jornal, o

governo de um país, que, ainda com falhas, é a tradução do voto da maioria, deve ter necessariamente fins materiais concretos, que envolvem um plano de futuro, um projeto de desenvolvimento e escolhas concretas que induzam o florescimento de determinadas vocações econômicas, culturais ou artísticas. Isso não significa a defesa de um intervencionismo que atribua muitas finalidades ao governo. Há limites infranqueáveis para sua atuação (GAZETA DO POVO, 2017b)

Destaca ainda o jornal, em seus textos sobre a lógica do mercado, que a mesma ideologia que

demoniza o “patrão” faz o mesmo com o lucro, descrito como a parcela que o “capitalista” (o dono dos “meios de produção”) rouba do seu funcionário. É mais do que hora de deixar de lado essa visão rasteira para compreender que o lucro não é de forma alguma moralmente mau: ele é necessário para a manutenção da empresa, é a recompensa justa que o empresário recebe por colocar seus recursos à disposição da sociedade, é um índice de sua competência, é um meio para que a companhia possa prosperar e fazer crescer sua contribuição ao bem comum, seja aumentando a geração de empregos, seja incrementando a qualidade do serviço e produto que oferecem. O sucesso das organizações empresariais deve ser algo desejado pela sociedade (GAZETA DO POVO, 2017c)

A partir da série de textos, o jornal posiciona-se a partir de um espectro político como um veículo de centro-direita (TAVARES, 2018), colocando como foco o discurso da liberdade do indivíduo em detrimento ao papel do estado, relegado a um agente que subsidia o mercado e as disputas entre os cidadãos, como menor papel de subsidiador de políticas de distribuição de renda e de regulador do capital.

A posição do jornal fica evidente não apenas nos seus editoriais e no manifesto intitulado Nossos Princípios, mas também é publicamente declarado pelo seu presidente, Guilherme Doring Cunha Pereira. Em entrevista ao canal do advogado, doutor em direito pela Universidade de Navarra (instituição que teve como chanceler Josemaría Escrivá, fundador da

Opus Dei, Prelazia pessoal da Igreja católica e instituição conservadora, que tem como um dos numerários do presidente da Gazeta do Povo, Guilherme Cunha Pereira) e professor do Curso de Jornalismo Aplicado do Grupo Estado, Carlos Di Franco, Guilherme deixa explícito que o jornal foi se moldando e assumindo uma posição claramente conservadora. Na entrevista, questionado sobre a forma como o jornal foi construindo a sua imagem, sobretudo ao longo dos anos do Governo Bolsonaro, Guilherme Doring Cunha Pereira destaca que foi a oportunidade de se posicionar e ocupar um espaço de representação do pensamento do público brasileiro.

Curiosamente não há veículos no país que tivessem em grande medida o nosso posicionamento. Não gosto desta nomenclatura, mas para ficar fácil de entender. Nós somos liberais em termos sociopolíticos e econômicos e mais conservadores em termos de comportamento, em termos de preservação da família, da vida e uma série de ideias. Nós achamos que é o posicionamento de boa parte dos brasileiros[...] basta pegar as últimas pesquisas que falam sobre aborto, o brasileiro é em sua vasta maioria, cerca de 80%, contrário ao aborto. É a nossa posição. O que nos surpreendia é o fato de não haver veículos que traduzisse esta visão. É um descolamento da maior parte dos veículos de sucesso da maior parte da posição dos brasileiros. Nós enxergamos ali uma grande oportunidade, esta foi a intuição central que resultou o nosso movimento (DI FRANCO, 2021).

O resultado em termos de aumento do público, segundo o presidente do jornal, foi exponencial ao longo dos últimos três anos, passando de cerca de quatro milhões de visualizações únicas para quinze milhões de visualizações únicas. A interpretação destacada pelo dono do jornal é que isso se deve ao fato de que atenderam com as pautas conservadoras nos costumes e liberais na economia à uma demanda latente dos brasileiros por este tipo de posicionamento de jornais.

A relação do jornal com a Opus Dei começa sob influência de Guilherme Döring Cunha Pereira. Já em 1998, uma das principais reformas gráficas e editoriais do jornal é empreendida sob a tutela de pesquisadores que vieram da Universidade de Navarra, na Espanha, após convencimento dos filhos ao dono do jornal, à época, Francisco Cunha Pereira Filho. A Universidade de Navarra é criada na década de 1950 justamente por Josemaria Escrivá, fundador também da Opus Dei em Madri, em 1928. As referências denotando a relação entre Guilherme Cunha Pereira e a Opus Dei são tímidas e raras. Em um texto publicado no portal brasileiro da Opus Dei, em 2002, aponta a participação do então diretor da Rede Paranaense de Comunicação, no evento em alusão ao centenário de Josemaría Escrivá.

Ao final da publicação, a presença do advogado seria destacada como palestrante sobre os meios de comunicação e o amor à verdade. No texto, destaca a frase supostamente proferida por Guilherme no evento, “todo o pensamento de Mons. Escrivá, toda a sua mensagem, se apoia

de maneira essencial no amor à liberdade", mas também que, "na sua defesa da liberdade, não ficava num conceito descomprometido, mas mergulhava na raiz existencial da liberdade: o amor — amor a Deus, amor aos homens, amor à verdade. O bom jornalismo, verdadeiro e livre, está profundamente comprometido com a dignidade do homem e com uma perspectiva de serviço à sociedade" (OPUS DEI, 2002). O tal "bom jornalismo", seria futuramente empregado pelo hoje presidente da Gazeta do Povo no jornal. Os ideais ultraconvervadores da prelaquia do Papa orientam a série de editoriais que Guilherme Cunha Pereira publicou em 2017, intitulados *Nossas Convicções*, em que se declara abertamente contra o aborto, pró-família heteronormativa, em defesa das elites econômicas, pró-neoliberais, pelo Estado Mínimo etc.

Segundo site da Receita Federal, Guilherme Döring Cunha Pereira integra duas empresas de ensino superior ligada à IESDE, e à Opus Dei. As duas sediadas no mesmo endereço, na Rua Martiniano de Carvalho, 573, no Bairro Bela Vista, em São Paulo. Na empresa Faculdade Bela Vista, com data de fundação em junho de 2021, Guilherme Döring Cunha Pereira integra o quadro de sócios como presidente, dividindo a lista com outros quatro nomes: Jose Paulo Denadai Carelli; Glaucia Crema Nogueira⁷; Fabio Goulart Tomkowski⁸; e Ana Claudia Karam Abdallah dos Santos⁹.

A outra empresa no mesmo endereço e ligado à mesma instituição, mas com outro CNPJ, é a Centro de Extensão Universitária. Nela, Guilherme Döring Cunha Pereira consta como diretor, juntamente com Carlos Alberto Di Franco¹⁰, presidente da empresa, e Daniel de Moraes Andrade¹¹, diretor. Este mesmo CNPJ é indicado como sendo da Ise Business School (ISE, 2023), instituição de educação superior sediada em São Paulo, como braço brasileiro da Iesde, instituição espanhola originária da Universidade de Navarra ligada à Opus Dei como instituição de formação de administradores e empresários. O Iese Business School (Instituto de Estudos Superiores da Empresa), fundada em 1958 como um braço de formação empresarial e de especialização em administração pela Universidade de Navarra, portanto, pela Opus Dei.

⁷ Glaucia Crema Nogueira é jornalista formada pela Cásper Líbero, mestre em comunicação e mercado pela Cásper Líbero, e doutora em comunicação pela Universidade de Navarra. É diretora executiva do Master Negócios de Mídia, núcleo de estudos do ISE Business School.

⁸ Fábio Goulart Tomkowski é graduado em Direito pela PUC do Rio Grande do Sul, com mestrado em direito pela PUC do Rio Grande do Sul, doutorado em Direito pela USP e pós-doutorado em direito pela USP

⁹ Graduada em Direito em 1998 pela PUC de São Paulo e doutora em Direito pela USP em 2009, Ana Claudia Karam Abdallah dos Santos é diretora geral, diretora acadêmica e professora titular do Centro de Extensão Universitária

¹⁰ Carlos Alberto Di Franco é bacharel em direito, doutor em Comunicação pela Universidade de Navarra, colunista da Gazeta do Povo, do O Globo, Estado de Minas e O Popular.

¹¹ Daniel de Moraes Andrade é engenheiro civil formado pela PUC do Rio Grande do Sul, com especializações na ISE Business School e na Iese Business School. É integrante do conselho do Ise Business School, e foi secretário de estado da Infraestrutura no governo da tucana Yeda Crusius.

Segundo o site da instituição, os valores éticos e morais são baseados na tradição cristã, sendo que os valores fundamentais do instituto é a “integridade, o espírito de serviço e a excelência profissional, valores universalmente reconhecidos e vividos” (IESDE, 1990). Já a Faculdade Bela Vista (ANEXO 6) é fundada posteriormente à ISE, vinculada à mesma rede de instituições da Opus Dei, mas focada em formação, e não em especialização, com curso em Direito e em Economia (ANEXO7, ANEXO8).

A família Cunha Pereira e a Gazeta do Povo: relações familiares no poder institucional

Considerando que o recorte temporal da análise da presente pesquisa abarca um cenário em que a liderança do jornal *Gazeta do Povo* permaneceu sob a tutela de Francisco da Cunha Pereira Filho, e posteriormente de seu filho Guilherme Döring Cunha Pereira, que assume o jornal após a morte do pai, falecido em 2009, tornando-se o líder do veículo e principal definidor das estratégias editoriais, com suporte da sua irmã, Ana Amélia Filizola, manteremos como foco principal de observação genealógica a família Cunha Pereira, buscando ainda a linhagem direta vinculada à ascendência e descendência de Francisco da Cunha Pereira Filho, ou seja, sem nos aprofundarmos sobre seus irmãos, tios etc. Para o levantamento biográfico, consideraremos publicações acadêmicas que visitaram a gênese familiar, bem como documentos da imprensa e demais materiais públicos disponíveis na internet.

Conforme destaca Pereira (2016, p.74), a linhagem paranaense da Família Cunha Pereira vinculada ao *Jornal Gazeta do Povo* tem uma genealogia ampla, com raízes tradicionais em Minas Gerais, com figuras ilustres da elite política brasileira, tendo dentre seus membros “capitães de milícia, capitães de ordenança, fidalgos da Casa Real, Senadores, Procuradores, Juizes e Desembargadores”. Como nosso foco é nos aproximarmos do cenário relativo ao jornal, vamos partir a pesquisa em gerações próximas a de Francisco da Cunha Pereira Filho. Para isso, seguiremos a leitura partindo do pai da mãe de Júlia (Julinda) do Amaral Ferreira, mãe de Francisco da Cunha Pereira Filho, o João Cândido Ferreira, e depois, seguir a descrição biográfica do seu pai, Francisco Cunha Pereira.

Natural de Lapa, nascido em 21 de abril de 1864, João Cândido Ferreira é filho do Alferes João Candido Ferreira e Ana Leocádia Ferreira Maciel. Estudou no Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Sorocaba (SP), e depois, em 1883, estudou humanidades no Colégio Alberto Brandão, no Rio de Janeiro. Neste estado graduou-se em medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1888, à época, com 24 anos. Em 1894, atuou como comandante

das forças legalistas no cerco da Lapa. Em 1986, entrou para a vida pública como Deputado Estadual, e depois foi eleito Deputado Federal, em 1903. Ainda no mesmo ano, chegou a ser vice do então presidente do estado paranaense, Vicente Machado da Silva Lima, eleito em 1904, e diagnosticado com câncer na garganta em 1905.

Devido ao tratamento, com viagens à Europa, João Cândido assumiu interinamente a presidência do estado por diversas vezes, e de forma permanente em 1907 (CASA CIVIL, 2019) com a morte de Vicente Machado. Neste mesmo ano ainda foi reeleito para o cargo, mas renunciou por desavenças políticas. Segundo a edição do jornal *A República*, de 1907, sobre a visita do então vice-presidente do Estado, Dr. João Candido, o "ainda jovem e distinto paranaense tem sabido impor a sua individualidade entre seus coestadanos, como político e como administrador, só e unicamente devido aos seus méritos incontestáveis e por mais de uma vez já provados" (A REPÚBLICA, 1907). Na nota, o jornal ainda destaca a formação do médico, bem como o seu casamento com a dona Josepha Ferreira do Amaral, filha do coronel Seraphim Ferreira de Oliveira e Silva e dona Júlia do Amaral e Silva. Com dona Josepha, ao longo da vida, teria sete filhos: Alceu, Leônidas, João Cândido, Murilo, Agenor, Celso e Júlia, ou Julinda do Amaral Ferreira, que viria a ser esposa de Francisco da Cunha Pereira, pais de Francisco da Cunha Pereira Filho. Ainda como presidente do Paraná, fundou a Escola de agronomia e fundou com o seu primo e também médico, Victor Ferreira do Amaral, a primeira Universidade do Paraná. Após deixar a vida política, segundo Pereira (2016), João Cândido voltou-se para a medicina, tendo ocupado a presidência da Sociedade de Medicina do Paraná, atuando ainda como editor da publicação *Paraná Médico*, e participando de movimento eugênico brasileiro, dialogando com as teorias neo-hipocrática e neo-lamarckistas.

Filho de Simão da Cunha Pereira e de Eufrásia Carlota de Vasconcellos (filha de Major Vicente Ribeiro da Silva Vasconcellos e Marcolina Carlota) (FERREIRA, 2010), Francisco da Cunha Pereira nasceu em 13 de agosto de 1896, em Peçanha, Minas Gerais, sendo batizado um ano depois, em 24 de maio de 1897, na mesma cidade, na Igreja Matriz de Santo Antônio. É o 11.º filho dentre um total de 15 irmãos. Graduou-se em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro, em 1918, ingressando em 1924 na carreira da magistratura como juiz municipal em Clevelândia, no interior do Paraná, sendo logo removido para a cidade de São José dos Pinhais, cidade vizinha à capital paranaense. Ainda em 1924 assume o projeto de criação do Juizado Privativo de Menores, junto ao Tribunal de Justiça do Paraná (MARQUES, 2018).

Conforme lembra o desembargador Robson Marques Cury (2020), em homenagem publicada em 2020 no site do TJ, o então juiz Francisco da Cunha Pereira seria o primeiro juiz

de menores do Estado, cargo em que permaneceria por quase duas décadas e meia. Além da função junto ao juizado de menores, ainda presidiu o Tribunal do Júri e do Juizado de Casamentos. Assumiu o cargo de desembargador em 1947, e ocupou a vice-presidência do estado de 1949 a 1952, assumindo também a presidência do Tribunal Regional Eleitoral em 1955 e depois em 1957. No meio acadêmico, foi um dos professores que ajudaram a fundar a Faculdade de Direito de Curitiba, sendo posteriormente seu diretor em 1977, atuando também pelo reconhecimento do curso e da instituição junto ao Ministério da Educação e da Cultura (MEC).

O reconhecimento formal do MEC feio em 1954. Além disso, acumulou “o cargo diretivo com a titularidade da cadeira de Direito Judiciário Penal onde recebeu o título de Diretor Perpétuo. Aposentou-se, no cargo de desembargador, em 1966, após 40 anos de serviço público” (PEREIRA, 2016, p.75). Faleceu em novembro de 1999, com 103 anos. Em dezembro de 1922, casou-se com Julinda do Amaral Ferreira, em Curitiba, que passou a se chamar Julinda Ferreira da Cunha Pereira. Tiveram quatro filhos, entre eles: Francisco da Cunha Pereira Filho, Dr. Lincoln da Cunha Pereira¹² João Cândido da Cunha Pereira e Maria Julinda da Cunha

¹² Apesar de não ter envolvimento partidário ou ter se candidatado a algum cargo eletivo, nem seus filhos, a relação da família com a política é extensa e intensa. Sobretudo quando ampliada para os demais membros do clã Cunha Pereira. Isso desde os antepassados. Conforme registra Goulart (2017), pela linhagem da família Amaral Ferreira, são nada menos que 125 anos de poder na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), resultante de 14 mandatos entre os integrantes do clã. Os anos de poder não se distanciam quando o cálculo considera os mandatos pela linhagem Ferreira da Cunha Pereira, em que são calculados 120 anos de linhagem política, com 12 mandatos na Alep, além de cargos no governo, no senado, na câmara federal, em secretaria de estado ou conselho administrativo de empresa pública. Os Cunha Pereira descendem de uma linhagem de renomadas figuras no cenário histórico político do estado. A biografia de Francisco da Cunha Pereira Filho começa não na advocacia ou ainda na Gazeta do Povo, mas desde antes, e encontra neste resgate figuras como o médico, deputado estadual e federal, vice-governador Victor Ferreira do Amaral e Silva. De forma mais próxima e contemporânea, o irmão mais novo logo na sequência, Lincoln da Cunha Pereira foi político ativo no cenário paranaense, e posteriormente assumiu papel importante na comunidade empresarial de São Paulo. Foi deputado estadual na Alep na terceira legislatura, de 1955 a 1958. Também foi deputado na quarta legislatura, de 1959 a 1963. Importante destacar que é durante estes anos de mandatos, em que Lincoln divide a bancada com parlamentares conhecidos da história política do Paraná, como Aníbal Khury, Antonio Anibelli, Amadeu Puppi, João Chede, Paulo Affonso Alves de Camargo, dentre outros, que seu irmão, Francisco da Cunha Pereira Filho compra a Gazeta do Povo, já um dos principais jornais de circulação e de repercussão na sociedade paranaense. Antes de entrar na Assembleia, tinha ocupado cargo de Secretário do Trabalho e Assistência Social do governo de Moysés Lupion. Em São Paulo, foi presidente da Associação Comercial de São Pulo (ACSP) e da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (FACESP) (FOGGIATO, 2021). Outro irmão de Francisco da Cunha Pereira Filho que também desempenhou funções no cenário político foi João Cândido Ferreira Cunha Pereira, cuja linhagem segue para dentro do Tribunal de Contas. Interessante perceber a relação de naturalidade e da impressão de facilidade percebida pelos integrantes das Classes Dominantes Tradicionais, como destaca o próprio João Candido Cunha Pereira em 2015, em depoimento ao projeto Memórias Paraná, ao rememorar seu ingresso no meio político institucional: “Depois eu fui convidado, me lembro de que era João Neves, Deputado João Neves foi nomeado secretário do trabalho e me convidou para ser chefe de gabinete dele, ele depois teve uma doença muito grave e eu fiquei como secretário do trabalho, sem querer por um ano. Depois retornei para a medicina e fui aumentando cada vez mais o serviço graças a Deus à gente progride e gostava como até hoje eu gosto da Medicina, mas meu pai que era Desembargador ele diz assim meu filho “Eu não quero morrer sem te ver Conselheiro do Tribunal de Contas”. Eu nem sabia o que era tribunal de contas.” (PEREIRA, 2015). No mesmo depoimento, João Candido reforça a facilidade do acesso: “Era

Pereira¹³. Confere nome a diversos espaços públicos, como patrono do Fórum do TJ de Pinhais, do Fórum Eleitoral do Paraná, dá nome à praça pública na Rua Deputado Mário de Barros, próximo ao Centro Cívico e ao Colégio Estadual em Fazenda Rio Grande, município da Região Metropolitana de Curitiba.

Em dezembro de 1926, na capital paranaense, nasceu Francisco da Cunha Pereira Filho, mais velhos dos quatro filhos do desembargador Francisco Cunha Pereira e de Julinda Ferreira da Cunha Pereira. “Estudou no Grupo Escolar Barão do Rio Branco e no Colégio Santa Maria. Frequentou aulas noturnas no Colégio Paranaense, onde estavam os melhores professores daquele tempo” (PEREIRA, 2016, p.77). Em 1949, graduou-se na Turma Rui Barbosa em direito na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), no curso que seu pai ajudou a fundar. Foi um militante acadêmico ativo, integrando a União Paranaense dos Estudantes (UPE) e foi também o primeiro presidente do Diretório Central dos Estudantes (APL, 2016, p.149).

Já graduado, em escritório de advocacia aberto junto com o irmão, Lincoln da Cunha Pereira, teve experiência em direito criminal, atuando também junto ao tribunal do juri, como destaca em entrevista à jornalista Vania Welte sobre sua vida, relatando sua primeira vitória no juri, absolvendo o cliente, que era acusado. “Trabalhei em casos muito importantes, como o de Carolina Taborda Ribas, acusada de ter assassinado o namorado da filha. Neste caso, trabalhei na acusação. Mas eu prefiro defender. Fiz mais de cem júris, atuando na defesa. Trabalhei por quatro anos no processo que respondeu Moysés Lupion ao deixar o governo do Paraná” (WELTE, 2009). Também como advogado, foi conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraná, entre 1991 e 1993 (OAB, 2018).

Também foi presidente do Instituto dos Advogados do Paraná, em 1969. Ainda a partir do direito atuou no magistério, como catedrático interino na UFPR nas cadeiras de Ciências das Finanças, Direito Internacional privado e Previdência Social. Foi também na década de 1960 que deu uma guinada de rumo para o cenário da cominação, tornando-se sócio de Edmundo Lemanski como donos do jornal Gazeta do Povo. Como destaca em entrevista à Welte (2009),

na época que João Elísio era o Governador. Eu fui falar com o João Elísio e ele disse assim “João Cândido, não tenho dúvida nenhuma a vaga é sua, ele se aposenta e eu nomeio você”. Quando Lêonidas aposentou-se eu fui nomeado Conselho do Tribunal de Contas em 1986.” (PEREIRA, 2015). Conforme aponta Marcelino Pereira (2016) em breve análise sobre o clã Cunha Pereira, “colocou todos os filhos no Tribunal de Contas. Além disso, outros servidores do TC também são parentes ou ligados diretamente ao conselheiro aposentado”.

¹³ Segundo o portal de genealogia <http://www.arvore.net.br/ferreira/d1.htm#i45075>.

no mesmo ano em que viria a falecer, quando comprou o jornal junto com o sócio, o periódico passava dificuldades financeiras:

O jornal estava em estado falimentar. Assumimos o passivo e todas as responsabilidades. Ao todo, eram 50 empregados. Alguns trabalharam na casa até a aposentadoria, há pouco tempo, como o Clóvis, o das Oficinas, e o D'Aquino, na Redação. Durante 15 anos advoguei nas mais diversas áreas, com ênfase na criminal. E por muito tempo fiquei dividido entre o direito e o jornalismo. Até fazer a opção final pelo jornalismo. Gostei do desafio a que me propus. Em sete anos pagamos todas as dívidas e, ainda, compramos o jornal Diário da Tarde, apenas para podermos ter uma rotativa. Naquela época, a importação era muito difícil e a rotativa veio facilitar e dar maior rapidez ao nosso trabalho (WELTE, 2009)

Também integrou a Academia Paranaense de Letras, Francisco da Cunha Filho tomou posse em 17 de novembro de 1998 como o segundo ocupante da Cadeira No 18, do patrono Joaquim Faria Sobrinho e do fundador Hyppolyto Pacheco Alves d'Araújo (APL, 2016, p.149). Conforme revela o desembargador Robson Cury em homenagem ao pai de Francisco da Cunha Pereira Filho em texto publicado no site do TJ-PR, o então dono do jornal Gazeta do povo faleceu em 2009, um ano antes do “seu amigo de quarenta anos o empresário Edmundo Lemanski dono do Banco Comercial, que conheceu em 1962 ao lhe dar carona no seu famoso Studbacker. Edmundo sugeriu a Francisco a compra do jornal Gazeta do Povo, então pertencente ao professor Oscar De Plácido e Silva, foi o início da construção desse império de comunicação” (CURY, 2020).

Casou-se com Terezinha Döring, que posteriormente passou a se chamar Terezinha Döring Cunha Pereira. Conforme reportagem produzida por José Carlos Fernandes em especial sobre a morte de Francisco da Cunha Pereira Filho, Terezinha era uma gaúcha de Porto Alegre, mas criada em Curitiba. Em 1960, ainda antes de se casar com Francisco, ingressou na Escola de Música e Belas Artes do Paraná (Embap). Contudo, com o casamento, e com os filhos, “abandonou a pintura e se recolheu à educação dos quatro filhos do casal [...] tornando-se a figura discreta e constante ao lado do homem que mudou a história das comunicações no Paraná” (FERNANDES, 2009). Os filhos do casal foram Francisco Cunha Pereira Neto; Guilherme Doring da Cunha Pereira; Ana Anélia da Cunha Pereira (que se casou com Ricardo Filizola e mudaria o nome para Ana Amélia Cunha Pereira Filizola); e Cristina Maria da Cunha Pereira.

Natural da capital paranaense, Francisco Cunha Pereira Neto nasceu em 19 de outubro de 1964, cujo registro consta em nota social na coluna Reportagem Social, do jornalista Calil Simão no Correio do Paraná, em edição de 2 de outubro daquele ano. Como destaca o repórter,

“Prazerosamente registramos o nascimento de Francisco Cunha Pereira Neto, ocorrido segunda feira na Casa de Saúde São Vicente. E' filho do casal Francisco Cunha Pereira Filho e neto do senhor e senhora Desembargador Francisco Cunha Pereira” (SIMÃO, 1964). Graduado bacharel em Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) na turma de 1989, com colação de grau em 15 de fevereiro daquele ano (UFPR, 2011). Segundo Pereira (2016), o bacharel em física seria o filho predileto do patriarca da família Cunha Pereira. Contudo, mesmo tal predileção não teria impedido o rompimento com a família para viver com a “companheira Valéria Colombo, de forma reclusa, num apartamento em Curitiba” (PEREIRA, 2016). O momento de maior evidência de Francisco Cunha Pereira Neto na mídia é justamente em uma situação envolvendo Valeria Colombo e a família do bacharel em física. Como destaca Pereira (2016), contrariada com o relacionamento, a família teria sequestrado “Pereira Neto á força, acusou a então companheira de "oportunista" e a ameaçou” (PEREIRA, 2016). Na imprensa, Valéria Colombo denunciou o suposto sequestro em junho de 2000. Em um texto não assinado publicado no portal da Revista Istoé (ADMIN3) em meados de 2000, a então companheira de Francisco Neto declarou que conheceu o bacharel em física em 1995, que viviam em um apartamento na capital paranaense desde 1998, e que dias antes de ocorre o casamento entre os dois no civil, o pai, Francisco Cunha Pereira Filho, e o irmão, Guilherme Döring Cunha Pereira, entraram no apartamento, no Bairro Batel, às sete da manhã de 29 de abril de 2000, juntamente o psiquiatra que acompanhava Neto desde 1990, e o teriam levado embora (ADMIN3, 2000). A reportagem, contudo, também destaca a alegação da família para a intervenção: o quadro de saúde de Francisco Neto, diagnosticado com esquizofrenia, e privado de acompanhamento médico. À justiça, Valéria Colombo chegou a denunciar a família de Cárcere Privado (JUSBRASIL, 2002).

Cristina Maria Cunha Pereira, também conhecida como Cristina Cunha Pereira, é um dos quatro filhos do casal Francisco Cunha Pereira Filho e Terezinha Döring Cunha Pereira. Casou-se com o empresário Paulo Bernardo Camargo da Veiga, e tem dois filhos, Paulo Bernardo Camargo da Veiga Filho e Pedro Bernardo Camargo da Veiga. O casamento foi divulgado em coluna social Mary Schaffer e a Sociedade, no jornal Correio de Notícias, na edição de 17 e 18 de outubro de 1987. Destaca a nota: "up to date foi o enlace das famílias Camargo da Veiga e Cunha Pereira, com o casamento de seus filhos. Os noivos, Pulo Bernardo Camargo da Veiga e Cristina Maria Cunha Pereira, formando um casal de singular beleza. A cerimônia foi realizada na Igreja Santa Terezinha e os convidados foram recepcionados no Graciosa Country Club"(SCHAFFER, 1987).

Segundo Pereira (2016) em breve genealogia da Família Cunha Pereira, “Cristina foi forçada a pedir divórcio e o marido foi expulso de casa, à força por seguranças à mando da família”, situação resultante de um processo com o ex-marido que buscava participar das decisões da empresa (PEREIRA, 2016, p.79). Apesar da indicação de Pereira sobre o divórcio, Cristina Cunha Pereira e Pedro Bernardo Camargo da Veiga constam como sócios em empresas ao longo dos últimos anos. Uma delas é a PBV – Representações, Eventos e Participações LTDA, sediada em Londrina, e que consta como ativa no site da Receita Federal (ANEXO 2).

Em seu artigo sobre a genealogia da Família Cunha Pereira, Marcelino Pereira (2016) aponta que tanto Francisco Cunha Pereira Neto quanto Cristina Cunha Pereira foram afastados pelos outros irmãos (Guilherme Doring Cunha Pereira e Ana Amélia Filizola) “do comando das 16 empresas do grupo” (PEREIRA, 2016, p.79). De fato, os documentos da Junta Comercial e na Receita Federal indicam que tanto Francisco Neto quanto Cristina Cunha Pereira não integram quadros associativos das empresas na condição de sócios administradores. Ambos não integram o quadro de direção ou sociedade da Gazeta do Povo, ficando este apenas sob a tutela de Guilherme Cunha Pereira (como presidente da empresa), Ana Amélia Filizola (como diretora) e Anderson Roberto Godzikowski (com integrante do Conselho de Administração). Contudo, não significa que Francisco Neto e Cristina Cunha Pereira não estejam nos quadros de sociedade dos empreendimentos da família. A forma de gestão dos empreendimentos é que foram se adequando a um sistema de empresas que gerenciam empresas. Ou seja, a consulta em CNPJ as instituições privadas da família demonstram nos quadros de sociedade uma série de holdings que se entrelaçam na estrutura burocrática do patrimônio da família Cunha Pereira. Nelas, ora aparecem apenas Guilherme Cunha Pereira e Ana Amélia Filizola, ora aparecem todos os demais irmãos e até a mãe, Terezinha Cunha Pereira.

É o caso da empresa denominada CPL Administração e Participação LTDA (ANEXO 4), criada em 2003, e que atua no setor imobiliário próprio e como uma holding. Nesta empresa, com capital social de pouco mais de R\$ 42 milhões, segundo o site da Receita Federal, integram o quadro societário Francisco Cunha Pereira Neto (validando em parte o que discorremos anteriormente sobre a intervenção da família sobre Francisco Neto em relação à sua doença, na especificação da Receita Federal, ele aparece com um representante legal, como um sócio incapaz, sendo representado e tutelado, portanto, pela mãe, Teresinha Döring Cunha Pereira). Cristina Maria Cunha Pereira como sócia, Ana Amélia Cunha Pereira Filizola como sócia administradora e Guilherme Döring Cunha Pereira como sócio administrador.

Também consta como sócia a empresa Convergência Participações S/A (ANEXO 3), que consta com o Guilherme Döring Cunha Pereira como administrador e representante na sociedade. E o que seria a Convergência Participações? Outra Holding, criada também em 2003, e que na Receita Federal consta com um capital social de cerca de R\$ 24 milhões, e consta no quadro de sócios o Guilherme Döring Cunha Pereira como administrador, e Ana Amélia Cunha Pereira Filizola como diretora. Prova do entrelaçamento das empresas é o quadro societário da revendedora Toyota Sulpar (ANEXO 5), de propriedade da família. Tanto a holding Convergência Participações quanto a CPL Administração e Participações integram a lista de sócios da revendedora de veículos, cujo capital social é de R\$ 10 milhões, segundo site da Receita Federal. Ainda no quadro de sociedade, integram administradores Guilherme Döring Cunha Pereira e Ana Amélia Cunha Pereira Filizola.

Considerando nosso foco na empresa jornal Gazeta do Povo, manteremos aqui a descrição genealógica apenas dos filhos que integram a diretoria e comando da empresa, ou seja, de Guilherme Döring Cunha Pereira e Ana Amélia Cunha Pereira Filizola. Natural de Curitiba, Guilherme Döring Cunha Pereira, é graduado em Direito pela UFPR, formado em 1987. Fez mestrado em Direito Comercial pela Universidade de São Paulo como bolsista do CNPQ, e defendeu dissertação intitulada "Alienação do Poder de Controle Acionário" em 1991 sob a orientação do professor e jurista Fábio Konder Comparato. Na mesma instituição, sob orientação do mesmo professor, defendeu a tese intitulada "Liberdade e Responsabilidade dos Meios de Comunicação", tornando-se doutor em Direito em 1997.

No currículo Lattes (PEREIRA, 2022), preenchido e atualizado pelo próprio Guilherme, no campo atuação profissional consta como presidente do Grupo Paranaense da Comunicação (GRPCOM) desde 1998, como professor da Faculdade Cásper Líbero entre 1995 e 1996, e ainda como professor visitante em 2021 do próprio jornal. Resultante das pesquisas de mestrado e doutorado, além de outros esforços, é autor dos livros "Alienação do poder de Controle Acionário", publicado em 1995; do livro "Liberdade e Responsabilidade dos meios de comunicação", editado pela Revista dos Tribunais, em 2002; e no mesmo ano, publicou pela mesma editora o livro "Teoria da pena: finalidades, direito positivo, jurisprudência e outros estudos de ciência criminal". Em 1998/99, ele e a irmã, Ana Amélia, ingressam na diretoria do jornal Gazeta do Povo, à época ainda maior veículo impresso do estado paranaense.

Nesta mesma época, afirmam os dois em uma reportagem que integra um especial de comemoração aos 100 anos do jornal, eles convenceram o pai e “trouxeram especialistas da Universidade de Navarra, da Espanha, uma das mais celebradas de todo o mundo pelos estudos

de vanguarda em jornalismo, e promoveram mudanças em todo o perfil do jornal” (GALANI, 2019). Após a morte do pai, em 2009, e do sócio, Edmundo Lemanski, em 2010, assume a presidência do GrPCOM, e a partir disso comanda as três emissoras de rádio da família e as oito emissoras de TV afiliadas à Rede Globo, além dos jornais Gazeta do Povo e Tribuna. Integrou o conselho consultivo do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado do Paraná (Sindejor-PR) na gestão 2014/2017. Em 2014, foi agraciado com a Ordem do Pinheiro pelas mãos do então governador paranaense, Carlos Alberto Richa.

A comenda é a mais alta honraria concedida pelo governo do Paraná. Conforme destacado no decreto (DIÁRIO OFICIAL 2014) que indica o rol de agraciados com a comenda naquele ano, Guilherme Cunha Pereira recebeu a comenda da Classe Grã-Cruz, que é a mais alta dentro das classes da Ordem do Pinheiro, ainda dividida entre Classe grande Oficial, e Classe Comendador. Conforme destaca Martins (2018), é integrante, como numerário, da Opus Dei, conservadora prelazia da igreja católica, e vive em uma residência comunitária na sede da Opus Dei em Curitiba. “Numerário é a denominação dada a membros que, como ele, são celibatários e dedicam parte importante da vida às atividades apostólicas e de formação de fiéis” (MARTINS, 2018).

Natural de Curitiba, nascida em março de 1967, Ana Amélia da Cunha Pereira é graduada em Comunicação Social (com ênfase em Jornalismo) pela UFPR, com MBA pela FGV e mestre em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação da Universidade de Navarra (PEREIRA, 2016, p.79). Em 1989 casou-se com o engenheiro civil e sócio da La Cocina Gastronomía e Eventos, Ricardo Filizola, quando mudou o nome para Ana Amélia Cunha Pereira Filizola, adicionando o sobrenome da família do marido. Atuou como repórter na redação do jornal impresso da Gazeta do Povo, em editoria de turismo e depois como editora do Caderno G, especializado em Jornalismo Cultural. Mas a partir de 1997 passa a atuar na área de gestão do jornal. Conforme artigo publicado no site Meu Sucesso (MEU SUCESSO, 2018), a partir de 2009, com a morte do pai, passou a comandar a operação do jornal, e hoje ocupa a vice-presidência do GRPCOM e é diretora da unidade de jornais da Gazeta do Povo. Integra a diretoria da Associação Nacional dos Jornais (ANJ, 2022), na gestão iniciada em 2022, com o cargo de vice-presidente secretária.

Ao longo do capítulo, nos aprofundamos nas principais referências sobre o familismo e a genealogia, e em como perceber como as relações familiares são fundamentais para ler a sociedade e a forma de reprodução do poder. A partir desta base teórica, nos aproximamos de uma linha genealógica da família Cunha Pereira e de uma leitura sobre os contornos

empresariais do jornal Gazeta do Povo, principal veículo de comunicação do estado e instrumento de reprodução do poder do clã Cunha Pereira. Com a leitura sobre o poder familiar, partimos para a análise sobre o conceito do neoliberalismo, que nos ajudará a determinar os elementos do discurso a ser observados nos editoriais do jornal para percepção da forma de manifestação do ponto de vista da família sobre a temática nos editoriais sobre a reforma da previdência.

REFERÊNCIAS

A REPÚBLICA. **Edição do jornal A República**, Ano XXII, N211, Curitiba, 9 set. 1907. Disponível em: memoria.bn.br/pdf/215554/per215554_1907_00211.pdf. Acesso em: 22 jan. 2022.

ADMIN3. Cadê Romeu? **Revista Istoé**. 10 de junho de 2000. Disponível em: https://istoe.com.br/38868_CADE+ROMEU+/. Acesso em: 6 jun. 2023.

ALVES, Milton. Memória – **Em 1917, Curitiba foi sacudida por uma greve geral de trabalhadores**. 01 ago. 2017. Site do PT Paraná. Disponível em: www.pt-pr.org.br/Artigo/28677/memoria---em-1917-curitiba-foi-sacudida-por-uma-greve-geral-de-trabalhadores. Acesso em: 30 maio 2024.

ANJ. Diretoria da ANJ 2022-2024. Associação Nacional dos Jornais. 2022. Disponível em: <https://www.anj.org.br/diretoria/>. Acesso em: 30 maio 2024.

APL. Academia Paranaense de Letras: **biobibliografia**/edição e revisão Ernani Buchmann - Curitiba, PR : Posigraf, 2016.

CASA CIVIL. Verbete João Cândido Ferreira. Site da Casa Civil do Governo Estadual do Paraná. 2019. Disponível em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Joao-Candido-Ferreira>. Acesso em: 30 maio 2024.

COSTA, Claudia Ferreira da. **Eugenia e Identidade**: a campanha contra a imigração assíria para o norte do Paraná em 1934. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Paraná. 2003.

COSTA, Osmani Ferreira da. **A televisão e o palácio: concessões e desenvolvimento das emissoras e redes televisivas no Paraná (1954-1985)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.

CURY, Robson Marques. **História do Judiciário Paranaense - Desembargador Francisco da Cunha Pereira**. Tribunal de Justiça do Paraná. 29 out. 2020. Disponível em: https://www.tjpr.jus.br/noticias/-/asset_publisher/9jZB/content/historia-do-judiciario-paranaense-desembargador-francisco-da-cunha-perei-1/18319. Acesso em: 22 jan. 2022.

CROCETTI, Priscila Soares. **Ciência, Ensino e Código: Lentes, Elites e Direito Civil nos albores da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná (1912-1945)**. Dissertação (Mestrado)–Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

DIÁRIO OFICIAL. **Decreto 12.727. Ordem Estadual do Pinheiro**. Diário Oficial do Executivo. Edição 9.348. 5 dez. 2014. Disponível em: Diário Oficial do <https://www.documentos.dioe.pr.gov.br/dioe/consultaPublicaPDF.do;jsessionid=QCtSS8FMvOtImjTDbjUOIE7BgGAPVDcNTCSOvSGy.sdioe75001?action=pgLocalizar&enviado=true&numero=&dataInicialEntrada=01%2F07%2F2014&dataFinalEntrada=01%2F12%2F2014&search=Guilherme+Doring+Cunha+Pereira&diarioCodigo=3&submit=Localizar&localizador>. Acesso em: 30 maio 2024.

DI FRANCO, Carlos Alberto. **Entrevista com o presidente do jornal Gazeta do Povo, Guilherme Doring Cunha Pereira**. Carlos Alberto Di Franco. 2 jun. 2021. Disponível em: <https://carlosalbertodifranco.com.br/jornalismo/entrevista-com-guilherme-doring.html>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.

FERREIRA. **Descendentes de Antônio Ferreira Carneiro e Josepha Pereira de Jesus**. 2010. Site Arvote Net. Disponível em: www.arvore.net.br/ferreira/d1.htm#i45075. Acesso em: 30 maio 2024

FERNANDES, José Carlos. **Todo dia nunca é igual: notícias que a vida contou em 90 anos de circulação da Gazeta do Povo**. Curitiba: Gazeta do Povo, 2010.

FERNANDES, José Carlos. A quem Terezinha Döring deu a mão. 18 mar. 2009. **Gazeta do Povo**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/especiais/fcpf/a-quem-terezinha-doring-deu-a-mao-bhfq4l74nmqew6bzanyocbgb2/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978 – 1979)**. São Paulo: Martins Pontes, 2022.

FOGGIATO, Fernanda. **Denominação gera debate sobre "banco de ruas" e homenagens**. Portal da Câmara Municipal de Curitiba. 4 maio 2021. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/denominacao-de-logradouro-gera-debate-sobre-homenagens>. Acesso em: 23 set. 2023.

FURACÃO. **Presidentes: João Alfredo Silva**. Site do Clube Atlético Paranaense. 2023. Disponível em: <https://arquivo.furacao.com/historia/presidentes/joao.php>. Acesso em: 18 fev. 2023.

G1. Morre a jornalista Juril Carnasciali, aos 91 anos, em Curitiba. 28 jun. 2012. Portal G1 Paraná. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2012/06/morre-jornalista-juril-carnasciale-aos-91-anos-em-curitiba.html>. Acesso em: 01 set. 2023.

GALANI, Luan. **O que leva Ana Amélia e Guilherme a apostar no jornalismo de qualidade? Especial 100 anos do jornal Gazeta do Povo**. 01 fev. 2019. Disponível em:



<https://especiais.gazetadopovo.com.br/100-anos/ana-amelia-guilherme-cunha-pereira-perfil>. Acesso em: 21 jan. 2022.

GAZETA DO POVO. Primeira Edição do jornal Gazeta do Povo. **Gazeta do Povo**. 2 fev. 2009. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/especiais/90-anos/independencia/primeira-edicao-beal0f9mkg967etxugqkrq15a/>. Acesso em: 30 maio 2024.

GAZETA DO POVO. 2015a. **A hora do impeachment**. 10 de novembro de 2015.

GAZETA DO POVO. 2016. **Impeachment é a aplicação da Constituição Dilma**. 15 abr. 2016.

GAZETA DO POVO. 2015b. **O jeito de consumir informação mudou. E a Gazeta também**. 21 nov. 2015.

GAZETA DO POVO. 2017a. **A economia do depois**. 22 abr. 2016.

GAZETA DO POVO. 2017c. **Hoje é dia de doutrinação**. 6 out. 2016.

GAZETA DO POVO. Linha do tempo do jornal Gazeta do Povo. 2019. **Gazeta do Povo**. Disponível em: https://multimedia.gazetadopovo.com.br/media/redacao/2019/02/1549053275_linha-do-tempo-gazeta-100-anos.png?_gl=1*_azook3*_ga*MTEyNzM0NDgyMi4xNjU0NjQwNTYz*_ga_B7X3QY6Y1N*MTY2MzAyNzY1NC4yOS4xLjE2NjMwMjc2OTguMC4wLjA. Acesso em: 30 maio 2024.

GAZETA DO POVO. **As convicções editoriais da Gazeta do Povo em resumo**. 2019b. 1 fev. 2019. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/100-anos/conviccoes-editoriais-gazeta-povo-resumo/>. Acesso em: 30 maio 2024.

GRANATO, Natália Cristina. O Partido Democrático Paranaense: um estudo sobre os capitais familiares e sociais de seus dirigentes. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 36-55, 2018.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. Assembleia Legislativa do Paraná: a força das linhagens políticas e das relações de parentesco. **Revista NEP-UFPR**, v. 3, n. 3, p. 175-194, ago. 2017.

GONÇALVES, André. Trocar de partido é trocar de problema. **Gazeta do Povo**. 22 set. 2012. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/trocar-de-partido-e-trocar-de-problema-3u2prub6hh180zrkx0yewkoy6>. Acesso em: 01 out. 2023.

GOVERNO DE ALAGOAS. **Almanaque 200**. Publicação da Secretaria de Estado da Comunicação de Alagoas. Maceió: Secom, 2017.

IESDE. **Nuestra misión y valores**. Portal do Iesde Business School. 1990. Disponível em: <https://www.iese.edu/es/conoce-iese/mision-valores/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

ISE. **Termos de Uso**. Ise Business School. 2023. Disponível em: <https://ise.org.br/termos-de-uso/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

JORNAL DO BRASIL. Francelino quer Arena Unida para a vitória. Rio de Janeiro. 24 mar. 1976. Ano LXXXV - N 347. Capa. Disponível em: memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1976_00347.pdf. Acesso em: 21 jan. 2023.

JUSBRASIL. Corpus - alegação de ocorrência de cárcere privado - análise aprofundada do conjunto probatório - impossibilidade - inviabilidade com a via restrita do habeas corpus - ação de interdição em tramitação no juízo cível discutindo o mérito deste remédio constitucional. Habeas corpus não conhecido. (2022) TJ-PR - HC: XXXXX PR Habeas Corpus Crime - 0203766-9, Relator: Roberto De Vicente, Data de Julgamento: 15/08/2002, Primeira Câmara Criminal (extinto TA), 07 fev. 2003. DJ: 6305. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-pr/4676363/inteiro-teor-11345843>. Acesso em: 24 jul. 2023.

MARQUES, José Elia; VIEIRA, Renato Gomes. Pierre Bourdieu e o neoliberalismo. **Revista Plurais**, v. 8, p. 313-331, 2018.

MARTINS, Rafael Moro. **Como a Gazeta do Povo, do Paraná, deu uma guinada à direita e virou porta-voz do Brasil de Bolsonaro**. The Intercept Brasil. 12 set. 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/12/09/gazeta-do-povo-guinada-direita-bolsonaro/>. Acessado em: 22 jan. 2022.

MEU SUCESSO. Estude a trajetória de Ana Amélia e como ela mudou a estratégia do jornal Gazeta do Povo. Meu Sucesso. 30 ago. 2018. Disponível em: <https://meusuccesso.com/artigos/empreendedorismo/estude-a-trajetoria-de-ana-amelia-e-como-ela-mudou-a-estrategia-do-jornal-gazeta-do-povo-1823/>. Acesso em: 30 maio 2024.

NICOLAS, Maria. **130 anos de vida parlamentar paranaense (1854-1984)**. Curitiba: Assembleia Legislativa, 1984.

O CEARENSE. **O Cearense**. Ano X, n 919. 2 maio 1856. Disponível em: memoria.bn.br/pdf/709506/per709506_1856_00919.pdf. Acesso em: 5 maio 2023.

OAB. **OAB Paraná lamenta a morte de Francisco Cunha Pereira Filho**. Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraná. 19 mar. 2009. Disponível em: <https://www.oabpr.org.br/oab-parana-lamenta-a-morte-de-francisco-cunha-pereira-filho/>. Acesso em: 30 maio 2024.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O Silêncio dos Vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida de. Apontamentos sobre a história de dois jornais curitibanos: “Gazeta do Povo” e “O Estado do Paraná”. In: **Cadernos da Escola de Comunicação UniBrasil**. Volume 1, número 2, 2004.

OPUS DEI. **Conferências em Curitiba por ocasião do Centenário de Josemaría Escrivá**. Portal da Opus Dei. 25 jun. 2002. Disponível em: <https://opusdei.org/pt->



br/article/conferencias-em-curitiba-por-ocasio-do-centenario-de-josemaria-escriva/. Acesso em: 23 jun. 2023.

PEREIRA, Fernando Marcelino. Breve genealogia da família Cunha Pereira. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses** - UFPR, v. 2, p. 72, 2016.

PEREIRA, Guilherme Doring da Cunha. Currículo do sistema currículo Lattes. [Brasília], 03/02/2022. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/29071303363684490>. Acesso em: 30 maio 2024.

PEREIRA, João Candido Cunha. **João Candido Ferreira Cunha Pereira** (2015) Medicina – Curitiba – Paraná. 2015. Disponível em: <https://memoriasparana.com.br/2015-joao-candido-cunha-pereira/>. Acesso em: 23 set. 2023.

REINSTEIN, Israel. Recebi minhas punições e recebi minhas premiações. Sou um cara feliz. **Hoje Paraná**. 06 maio 2022. Disponível em: <https://hojepr.com/recebi-minhas-punicoes-e-recebi-minhas-premiacoes-sou-um-cara-feliz/>. Acesso em: 21 jan. 2023.

SCHAFFER, Mary. Coluna social Mary Schaffer e a sociedade. **Correio de Notícias**. Ano VII, número 1.915. 17 e 18 out. 1987. Disponível em: memoria.bn.br/pdf/325538/per325538_1987_01915.pdf. Acesso em: 23 maio 2023.

TAVARES, Camilla Quesada. (2020), Do Jornalismo Informativo ao de Posição: a ‘Guinada à Direita’ do Jornal Gazeta do Povo. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 14, n. 3, pp. 118-136.

UFPR. **Lista de graduandos em Bacharelado e Licenciatura em Física**. Departamento de Física da Universidade Federal do Paraná. Atualizada em 2 fev. 2011. Disponível em: fisica.ufpr.br/grad/formados_em_fisica.pdf. Acesso em: 28 abr. 2023.

ULBRICH, Giselle. Conselho do vô. **Jornal Tribuna do Paraná**. 7 ago. 2018. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/cacadores-de-noticias/curitiba/completando-90-anos-paulo-pimentel-da-uma-aula-de-administracao-e-governabilidade/>. Acesso em: 21 jan. 2023.

WELTE, Vania Mara. Ícone da imprensa paranaense. 18 mar. 2009. **Jornal Gazeta do Povo**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/especiais/fcpf/icone-da-imprensa-paranaense-bhfohbxiplpo0fwdvz6zmn9se/>. Acesso em: 22 jan. 2022.

ANEXO 1

Quadro de sócios da Editora Gazeta do Povo (2023)

CNPJ:	76.530.047/0001-29
NOME EMPRESARIAL:	EDITORA GAZETA DO POVO S/A
CAPITAL SOCIAL:	R\$1.000.000,00 (Hum milhão de reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ANDERSON ROBERTO GODZIKOWSKI
Qualificação:	08-Conselheiro de Administração

Nome/Nome Empresarial:	GUILHERME DORING DA CUNHA PEREIRA
Qualificação:	16-Presidente

Nome/Nome Empresarial:	ANA AMELIA CUNHA PEREIRA FILIZOLA
Qualificação:	10-Diretor

FONTE: Receita Federal (2022)

ANEXO 2

Quadro de sócios da PBV Representações, eventos e participações - Fonte (Receita Federal)

[Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#)

CNPJ:	82.489.972/0001-56
NOME EMPRESARIAL:	PBV - REPRESENTACOES, EVENTOS E PARTICIPACOES LTDA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	PAULO BERNARDO CAMARGO DA VEIGA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

FONTE: Receita Federal (2023)

ANEXO 3

Quadro de sócios da Convergência Participações - Fonte (Receita Federal)

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 06.120.367/0001-25
NOME EMPRESARIAL: CONVERGENCIA PARTICIPACOES S/A
CAPITAL SOCIAL: R\$24.301.652,92 (Vinte e quatro milhões, trezentos e um mil e seiscentos e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: GUILHERME DORING DA CUNHA PEREIRA
Qualificação: 16-Presidente

Nome/Nome Empresarial: ANA AMELIA CUNHA PEREIRA FILIZOLA
Qualificação: 10-Diretor

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 16/10/2023 às 16:34 (data e hora de Brasília).

FONTE: Receita Federal (2023)

ANEXO 4

Quadro de sócios da CPL Administração e Participações - Fonte (Receita Federal):

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 06.139.385/0001-59
NOME EMPRESARIAL: CPL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA
CAPITAL SOCIAL: R\$42.923.980,85 (Quarenta e dois milhões, novecentos e vinte e tres mil e novecentos e oitenta reais e oitenta e cinco centavos)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: FRANCISCO CUNHA PEREIRA NETO
Qualificação: 29-Sócio Incapaz ou Relat.Incapaz (exceto menor)
Nome do Repres. Legal: TERESINHA DORING CUNHA PEREIRA
Qualif. Rep. Legal: 09-Curador

Nome/Nome Empresarial: CONVERGENCIA PARTICIPACOES S/A
Qualificação: 22-Sócio
Nome do Repres. Legal: GUILHERME DORING DA CUNHA PEREIRA
Qualif. Rep. Legal: 05-Administrador

Nome/Nome Empresarial: CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA
Qualificação: 22-Sócio

Nome/Nome Empresarial: ANA AMELIA CUNHA PEREIRA FILIZOLA
Qualificação: 49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial: GUILHERME DORING DA CUNHA PEREIRA
Qualificação: 49-Sócio-Administrador

FONTE: Receita Federal (2023)

ANEXO 5

Quadro de sócios da Toyota Sulpar - Fonte (Receita Federal):

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	76.515.527/0001-10
NOME EMPRESARIAL:	TOYOTA SULPAR LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$10.616.797,00 (Dez milhões, seiscentos e dezesseis mil e setecentos e noventa e sete reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ANA AMELIA CUNHA PEREIRA FILIZOLA		
Qualificação:	05-Administrador		
Nome/Nome Empresarial:	CPL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA		
Qualificação:	22-Sócio		
Nome do Repres. Legal:	GUILHERME DORING DA CUNHA PEREIRA	Qualif. Rep. Legal:	05-Administrador
Nome/Nome Empresarial:	CONVERGENCIA PARTICIPACOES S/A		
Qualificação:	22-Sócio		
Nome do Repres. Legal:	GUILHERME DORING DA CUNHA PEREIRA	Qualif. Rep. Legal:	05-Administrador
Nome/Nome Empresarial:	GUILHERME DORING DA CUNHA PEREIRA		
Qualificação:	05-Administrador		

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

FONTE: Receita Federal (2023)

ANEXO 6

Quadro de sócios da Faculdade Bela Vista - Fonte (Receita Federal):

CNPJ:	43.717.729/0001-96
NOME EMPRESARIAL:	FACULDADE BELA VISTA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	JOSE PAULO DENADAI CARELLI
Qualificação:	10-Diretor
Nome/Nome Empresarial:	GLAUCIA CREMA NOGUERA
Qualificação:	10-Diretor
Nome/Nome Empresarial:	FABIO GOULART TOMKOWSKI
Qualificação:	10-Diretor
Nome/Nome Empresarial:	GUILHERME DORING DA CUNHA PEREIRA
Qualificação:	16-Presidente
Nome/Nome Empresarial:	ANA CLAUDIA KARAM ABDALLAH DOS SANTOS
Qualificação:	10-Diretor

FONTE: Receita Federal (2023)

ANEXOS 7

Quadro de sócios da Centro de Extensão Universitária - Fonte (Receita Federal):



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.488.576/0001-38
NOME EMPRESARIAL:	CENTRO DE EXTENSAO UNIVERSITARIA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	CARLOS ALBERTO DI FRANCO
Qualificação:	16-Presidente

Nome/Nome Empresarial:	DANIEL DE MORAES ANDRADE
Qualificação:	10-Diretor

Nome/Nome Empresarial:	GUILHERME DORING DA CUNHA PEREIRA
Qualificação:	10-Diretor

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.
Emitido no dia 31/10/2023 às 05:34 (data e hora de Brasília).

FONTE: Receita Federal (2023)

ANEXO 8

Site do ISE



+55 (11) 3177-8200

in

ISE Business School

INSTITUCIONAL PROGRAMAS ÁREA ACADÊMICA ALUMNI CONHECIMENTO CAPELANIA CONTATO AGENDA

TERMOS E CONDIÇÕES DE USO

O ISE Business School ("ISE"), com recepção na Rua Martiniano de Carvalho, 573, Bela Vista, São Paulo – SP, CEP 01321-000, inscrito no CNPJ 03.488.576/0001-38, ou simplesmente "ISE", estabelece o presente instrumento denominado Termos e Condições de Uso conforme as disposições descritas a seguir.

Pelo presente instrumento, Colaboradores e Usuários do site/portal web do ISE ficam cientes e concordam que, ao manifestar o seu aceite, aderirão e concordarão integralmente com as suas condições. Por favor, leia atentamente antes de ativar e usar a sua conta do site do ISE.

1. DEFINIÇÕES

Os seguintes termos, quando empregados neste instrumento, terão os seguintes significados:

Fonte: ISE 2023

Recebido em: 24 maio 2024.

Aceito em: 5 jun. 2024.